



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



CEITEC S.A. Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2019

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), constituída sob a forma de sociedade por ações, com participação exclusiva da União em seu capital social. Localizada em Porto Alegre (RS), a CEITEC desempenha papel estratégico no desenvolvimento da indústria de microeletrônica do Brasil.

A empresa é hoje a única da América do Sul com capacidade comprovada de desenvolver, projetar e fabricar, em larga escala, semicondutores (chips) para responder às demandas de mercado. Cerca de 90 milhões de chips já foram produzidos pela empresa, sendo mais da metade nos últimos três anos. Além disso, a empresa presta também serviço ao mercado de encapsulamento de chips já tendo alcançado cerca de 40 milhões de unidades produzidas.

Para conquistar tal capacidade, a empresa adquiriu conhecimento e relacionamento com as principais empresas internacionais que fornecem insumos e equipamentos para esse setor, bem como os prestadores de serviço internacionais (como é o caso das fábricas dedicadas, ou *foundries*) em diversas tecnologias. Tal domínio permitiu à CEITEC desenvolver produtos de qualidade e certificá-los junto a importantes órgãos internacionais.

A certificação *Common Criteria* (obtida para o chip do passaporte), conferida a menos de dez empresas desse setor no mundo, é a mais relevante entre todas já obtidas.

A empresa tem atuado, principalmente, no desenvolvimento da capacidade nacional de prover para o mercado soluções para identificação automática (RFID e smartcards), IOT e aplicações específicas. Com uma equipe técnica altamente qualificada, a empresa atua nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, projeto e fabricação de circuitos integrados e outros dispositivos como: sensores, sistemas mecânicos em microescala e dispositivos óticos.

Em 2019, como estratégia de ampliação de mercado e consolidação de novas parcerias, para divulgar seus produtos e potencialidades a empresa participou de várias feiras comerciais (FIMEC, SPC/ExpoT&C, Expointer, Chip in Sampa e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia), fez mais de 80 contatos institucionais, incluindo a vice-presidência da república, ministros de Estado, Presidente e alta direção de diversas empresas públicas e privadas, além de participar de audiências públicas e do apoio a discussão de temas relacionados a seus produtos na Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, avançou em avaliações e desenvolvimentos técnicos voltados à implementação de possíveis parcerias futuras com algumas grandes empresas internacionais.

A CEITEC segue com seu compromisso de contribuir para o progresso e bem estar da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que prepara a empresa para consolidar seu potencial de atuação, visando o aumento de seu valor de mercado e sua sustentabilidade, exercendo, ainda, um papel mobilizador e de consolidação das competências nacionais em microeletrônica.

É esse caminho que a CEITEC está percorrendo, contribuindo para inserir o Brasil em um novo patamar de disseminação das tecnologias com as quais trabalha, tecnologias essas que são os alicerces da transformação digital que exige o atual cenário econômico mundial.

Com a formalização da qualificação da CEITEC no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), por meio do decreto Nº 10.065, de 14 de outubro de 2019, a empresa teve a oportunidade de demonstrar seu potencial e valor de mercado, consolidando, no âmbito de Governo, a percepção de que a mesma está apta a atrair investimentos privados para o setor.

2. PERFIL DA CEITEC

A criação da CEITEC foi autorizada pela Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008. Sua sede está localizada na Estrada João de Oliveira Remião, nº 777, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A CEITEC é uma empresa pública dependente, cujos recursos são providos pela União mediante dotação orçamentária específica.

2.1. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade

2.1.1. Missão:

Desenvolver soluções que contribuam para o progresso e o bem-estar da sociedade brasileira, explorando comercialmente tecnologias de microeletrônica e de áreas correlatas.

2.1.2. Visão:

Ser empresa nacional referência no mercado para soluções inovadoras baseadas em microeletrônica.

2.1.3. Valores:

- Inovação
- Integridade
- Compromisso
- Trabalho em equipe
- Flexibilidade
- Foco na melhoria e nos resultados

2.1.4. Política da Qualidade:

Desenvolver soluções científicas e tecnológicas que tenham semicondutores como um de seus elementos habilitadores, comprometendo-se em atender aos requisitos aplicáveis, bem como melhorar continuamente seus produtos, processos e o Sistema de Gestão da Qualidade.

2.1.5. Modelo de Governança e Gestão:

Como empresa estatal a CEITEC segue o modelo de Governança estabelecido pela Lei 13.303. Hoje, o único acionista da empresa é a União. No topo do organograma está a Assembleia Geral de Acionistas. Ligados a ela estão os Conselhos de Administração e Fiscal, compreendidos dentro da estrutura estatutária da companhia. O Conselho de Administração traça as diretrizes da política institucional e comercial da empresa, acompanha metas e exige da Diretoria Executiva o alcance dos resultados propostos. O Conselho Fiscal fiscaliza as informações e atos de caráter orçamentário, financeiro ou contábil, priorizando ações e medidas de natureza construtiva e instrutiva. Em sua estrutura organizacional interna, a CEITEC conta com a Presidência, Diretoria Administrativa Financeira, Diretoria de Negócios, Diretoria Técnica e Diretoria de Governança, Risco e Conformidade. A CEITEC conta ainda com sua Auditoria Interna, órgão auxiliar ao exercício das atribuições de natureza fiscalizatória dos conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e um Comitê de Auditoria Estatutária, que assessora o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções de supervisão e fiscalização da gestão. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, divulgou em 9 de agosto de 2019, os resultados da 4ª Certificação do Indicador de Governança IG-SEST, instrumento de acompanhamento contínuo da governança das empresas federais de controle direto da União. Neste 4º ciclo, foram avaliadas 61 empresas. Dessas, 14 receberam a nota máxima, dentre elas a CEITEC. Até obter esse resultado, a CEITEC evoluiu de forma destacada partindo de uma nota 2,22 no primeiro ciclo de avaliação, para 7,07 no segundo e 9,46 no terceiro ciclo. Importante destacar que este modelo de governança vem sendo construído desde 2017, tendo a sua consolidação no ano de 2019.

2.2. Recursos Humanos:

O quadro de pessoal da CEITEC é formado por profissionais de diferentes áreas, altamente qualificados. A CEITEC possui em seus quadros um total de 184 empregados. Uma das características do time da CEITEC é justamente a alta escolaridade de seus empregados, o que indica o nível de especialização da empresa. De sua equipe, 59% são pós-graduados (9% tem doutorado ou pós-doutorado, 23% mestrado, 27% especialização ou MBA), 27% possuem graduação e 14% ensino médio. Essa formação é complementada por cursos e treinamentos oferecidos pela Companhia. Em relação ao "turnover" o índice tem se mantido abaixo dos 10% nos últimos 3 anos. Sabe-se que é muito difícil definir um percentual ideal, afinal ele pode variar de acordo com o contexto e política de retenção da empresa. Um *turnover* de até 10% ao ano, todavia, é considerado aceitável e ainda pode promover uma boa renovação.

3. INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

3.1. Produtos, serviços e negócios:

Considerando a nova orientação dos negócios da empresa, com uma ênfase em soluções voltadas ao mercado, os segmentos e aplicações dos produtos consolidou-se, em 2019, no seguinte portfólio:

- i. Identificação Veicular, segmento que inclui uso de RFID passivo para identificação automática de veículos, para diversos fins, como, por exemplo, pagamento de pedágios;
- ii. Rastreamento e Identificação, segmento que inclui produtos para os segmentos de logística, controle de ativos e tags especiais;
- iii. Agronegócio, segmento que inclui produtos para as áreas de pecuária e agricultura;
- iv. Identificação Pessoal, segmento que inclui produtos para uso em documentos de identificação e bilhetagem;
- v. Serviços, segmento que inclui o desenvolvimento e o fornecimento de soluções completas, serviços específicos dependendo da aplicação e packaging;
- vi. Saúde, segmento que inclui produtos como sensores e dispositivos microfluídicos;
- vii. Projetos sob demanda, segmento que engloba dispositivos como IPDs (Integrated Passive Device), SIPs (System in a Package) e caracterização estrutural.

3.2. Resumo dos resultados em 2019

Continuando os esforços de racionalização dos dispêndios da empresa, as despesas correntes, em 2019, foram 6,65% menores do que em 2018, e os valores dispendidos em todas as ações e fontes (despesas com pessoal, gerais e administrativas) foram reduzidos de R\$ 84.410.479,02 em 2018 para R\$ 81.601.822,02 em 2019. O valor total repassado pelo Governo Federal em 2019 foi de R\$ 66.810.595,55, 4,47% menor que os R\$ 69.800.072,45 repassados em 2018.

Em relação aos resultados financeiros previstos em vendas a empresa, apesar de obter um aumento significativo em relação a 2018, não atingiu os objetivos estabelecidos em seu planejamento na busca de auto sustentabilidade, como pode ser analisado nas demonstrações de resultado da CEITEC. No exercício de 2019 obteve-se um prejuízo no montante de R\$ (12.008) milhões, comparado ao resultado apresentado no exercício de 2018, prejuízo



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



de R\$ (7.602) milhões. Pode-se destacar que em 2018 ocorreu um fato pontual de reversão de provisão de contingência trabalhista no montante de R\$ 7.204 milhões, impactando na redução dos prejuízos apresentados em 2018.

Em 2019, além do aumento da comercialização dos produtos cuja venda já ocorria em anos anteriores (como é o caso do chip para identificação veicular), a empresa focou, também, na homologação e apoio ao desenvolvimento da cadeia de valor de produtos, em especial, para os segmentos: logístico, automobilístico, ferroviário e de fiscalização de produtos. A maioria dos produtos destinados a esses segmentos tem potencial de geração expressiva de receita, mas exigem um processo longo entre a concepção do produto, passando pela sua validação e homologação nos potenciais clientes e qualificação de fornecedores, até a sua comercialização em escala. Previa-se que alguns desses segmentos já trouxessem incrementos de receita significativos em 2019, como é o caso do segmento logístico, em especial no setor de correspondências e encomendas, entretanto devido ao tamanho e complexidade da cadeia e dos modelos de negócios em desenvolvimento, tais resultados não ocorreram em 2019. Apesar disso, houve um aumento de 57% (cinquenta e sete por cento) no faturamento da empresa com relação ao ano anterior e, em todos os segmentos citados, os processos de homologação e desenvolvimento de cadeia de valor de produtos avançaram de forma muito consistente. Por isso, espera-se que a partir de 2020, a maior parte desses segmentos comece a contribuir significativamente para uma geração de receita em patamares diferenciados.

3.3. Produção e Vendas 2019

A área de Fábrica atingiu uma produção de linha de 98,18% e desenvolveu 4 novos protótipos em novos processos produtivos. A área de Negócios atingiu R\$ 10.139.000 (dez milhões, cento e trinta e nove mil reais) em pedidos contratados e um índice de satisfação do cliente de 92,2%.

3.4. Caixa e Aplicações Financeiras

A CEITEC é uma estatal ainda dependente de recursos repassados pela União, mas tem buscado diferentes formas de reduzir essa dependência, aumentando a participação no seu caixa de recursos oriundos de receitas próprias. Em 31 de dezembro, os valores em seu caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$ 3.141.000 (três milhões, cento e quarenta e um mil reais), ocorrendo uma redução de R\$ 1.001.000 (um milhão e um mil reais) com relação a 2018, reflexo direto da diminuição da necessidade de aporte por parte da União.

3.5. Responsabilidade socioambiental

A CEITEC promove e desenvolve diversas ações visando o bem-estar da sociedade e a proteção do meio ambiente. Abaixo estão relacionadas algumas iniciativas que tiveram destaque em 2019:

- Em relação à responsabilidade ambiental pode-se destacar duas ações: o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e o Plano de economia de água que gerou uma economia de 13.000 m³ de água.

- Em relação à área social destaca-se Jovem Aprendiz: formação de turmas de jovens aprendizes a partir de convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (SENAI-RS) e as ações realizadas na promoção do desenvolvimento da área de semicondutores em escolas e universidades, através do apoio a eventos.

3.6. Pesquisa e Desenvolvimento

A área de Produto, Pesquisa e Desenvolvimento atingiu a marca de 14 novos produtos/processos desenvolvidos. Dez novos produtos ou aplicações foram disponibilizados e seis novos depósitos de patentes foram gerados. Um dos resultados importantes obtidos pela área, e divulgado na imprensa, foi a solicitação de patente internacional conjunta com uma grande empresa do setor de insumos para indústria automobilística. O olhar mais voltado ao mercado da área de Pesquisa e Desenvolvimento veio ao encontro das novas orientações governamentais, proporcionando uma maior gama de possibilidades de estabelecimento de parcerias e negócios. Seis patentes foram geradas ao longo de 2019: Método para fabricar uma antena RFID com acoplamento indutivo (MCM em substrato de vidro); Circuito integrado RFID UHF

com sintonia ajustável; Chip com PADs de teste expostos; Chip RFID UHF para rastreamento veicular; Chip para etiqueta RFID por acoplamento indutivo e Conjunto de 4 desenhos industriais de antena para tag RFID UHF. Todas as seis patentes de suma importância e aplicação nas novas soluções oferecidas pela empresa.

Ainda em relação ao desenvolvimento destaca-se 2.443 horas trabalhadas no desenvolvimento de ideias em 2019. Ressalte-se que o valor indica o tempo gasto em ideias aprovadas com potencial para gerar diferenciais competitivos.

4. PERSPECTIVAS

O ano de 2019 foi marcado por discussões e uma clara orientação governamental quanto a desestatização de empresas e a redução do estado brasileiro. A nova orientação governamental incluiu ao conjunto de reformas estruturantes a venda de ativos e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.

Essas discussões tiveram reflexos claros nas orientações sobre o futuro da empresa, os desafios de redução do custo do Estado, a necessidade de se avançar na busca de: maior competitividade e agregação de valor aos produtos nacionais e uma ampliação do portfólio de produtos com foco na ampliação de mercados e amplitude de possibilidades de parcerias. Diversas iniciativas resultaram em resultados positivos quanto a possibilidades futuras, como é o caso do ingresso da empresa, através de parcerias no mercado automotivo. A área de Pesquisa e Desenvolvimento, que nos últimos anos gerou 28 patentes, nos últimos 3 anos, tem tido fundamental importância na consolidação de diversas parcerias.

Tais ações e discussões ganharam prioridade a partir da publicação do Decreto Presidencial 10.065, de 14 de outubro de 2019. Em consequência de tal decreto, o Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, com a participação do MCTIC e o apoio da própria empresa, vem realizando estudos e avaliando alternativas de parcerias futuras com a iniciativa privada, a fim de propor ganhos de eficiência e resultados para a empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.

Mais recentemente, como resultado do ingresso da companhia no PPI, foi emitida Resolução nº 120, de 19 de fevereiro de 2020, opinando pelo ingresso da CEITEC/MCTIC no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão tem o objetivo de aprofundar os estudos relacionados à CEITEC/MCTIC para subsidiar o processo de tomada de decisão. Ressalta-se que a implantação de qualquer alteração na empresa pelo PND se dará somente após a conclusão dos trabalhos do grupo do PPI.

Essa iniciativa permite antever que, em 2020, serão dados importantes passos para a reestruturação e implementação de estratégias que permitam a sustentabilidade econômico-financeira da empresa com a participação da iniciativa privada.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução 480 da CVM, os Diretores da CEITEC declaram que discutiram, revisaram e concordam, com as opiniões expressas no Relatório da LG Santos Auditores & Associados, emitido em 28/02/2020, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informa-se que a CEITEC não contratou e nem teve serviços prestados pela LG Santos Auditores & Associados que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31-dez-2019	31-dez-2018 (reapresentado)	01-jan-2018 (reapresentado)	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31-dez-2019	31-dez-2018 (reapresentado)	01-jan-2018 (reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.071	4.142	2.007	Adiantamentos do Tesouro Nacional	4	2.858	3.716	2.007
Aplicação Financeira - BB	4	2.070	-	-	Fornecedores	10	340	74	462
Contas a receber - Clientes		3.122	1.183	1.155	Obrigações e provisões tributárias	11	63	10	73
Estoques	5	16.134	16.859	16.363	Obrigações e provisões trabalhistas	12	4.501	4.388	4.251
Tributos a recuperar	6	1.806	8.201	7.357	Outros Passivos		-	-	80
Adiantamentos a empregados e fornecedores		647	47	326			7.762	8.188	6.873
Despesas antecipadas	7	1.273	2.053	4.487	Não Circulante				
		26.123	32.485	31.695	Contingências Trabalhistas	24	6.255	3.833	12.982
					Recursos destinados ao aumento de Capital	14	-	2.692	35.395
Não circulante							6.255	6.525	48.377
Realizável a Longo Prazo		12.765	5.513	5.348	Patrimônio Líquido				
Depósitos judiciais		1.400	960	795	Capital social	15	126.300	151.891	236.328
Tributos a recuperar	6	11.365	4.553	4.553	Ajuste de Avaliação Patrimonial	13	16.760	18.849	20.938
					AFAC - Recursos destinados ao Aumento de Capital	14	4.187	9.757	7.004
Imobilizado	8	88.402	99.830	111.520	Prejuízos acumulados	3	(25.499)	(50.000)	(162.232)
Intangível	9	8.475	7.382	8.725			121.748	130.497	102.038
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido		135.765	145.210	157.288
Total do Ativo		109.642	112.725	125.593					
		135.765	145.210	157.288					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



DEMONSTRAÇÕES RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Resultado Líquido do Período		(12.008)	(7.602)
Outros Resultados Abrangentes			
Ajuste de Exercícios Anteriores	3	-	(1.093)
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	13	2.089	2.089
		2.089	996
Resultado Abrangente do Período		(9.919)	(6.606)
Parcela do Sócio Controlador (100%)		(9.919)	(6.606)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01-jan-2019 a 31-dez-2019	01-jan-2018 a 31-dez-2018
Receita Líquida de vendas	16	7.804	4.848
Custo dos Produtos Vendidos		(2.258)	(1.712)
Lucro Bruto		5.546	3.136
Despesas operacionais			
Com pessoal	17	(42.022)	(42.462)
Gerais e administrativas	18	(36.805)	(39.425)
Honorários dos administradores	19	(2.775)	(2.523)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	66.813	69.810
Provisão Contingência Trabalhista	24	(2.951)	(2.614)
Reversão Contingência Trabalhista	24	266	7.204
		(17.474)	(10.010)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(11.928)	(6.874)
Resultado financeiro	21		
Despesas financeiras		(218)	(793)
Receitas financeiras		138	65
		(12.008)	(7.602)
Prejuízo do período			
Quantidade média de ações (em milhares)		42.000	42.000
Resultado por ação básico e diluído - R\$		(0,29)	(0,18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Ajuste de Avalia- ção Patrimonial	AFAC	Total do patri- mônio Líquido
Em 31 de dezembro 2017 (reapresentado)	3	236.328	(161.139)	20.938	7.004	103.131
Complemento de provisão de férias e encargos Em 01 de janeiro 2018 (reapresentado)		-	(1.093)	-	-	(1.093)
		236.328	(162.232)	20.938	7.004	102.038
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	13		2.089	(2.089)		
Integralização AFAC		33.308				33.308
Devolução de Recursos AFAC					(189)	(189)
Redução Capital Social com Prejuízos Acumulados	15	(117.745)	117.745			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC					2.942	2.942
Prejuízo do Período			(7.602)			(7.602)
Em 31 de dezembro 2018		151.891	(50.000)	18.849	9.757	130.497
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	13		2.089	(2.089)		
Integralização AFAC		8.829			(5.998)	2.831
Redução Capital Social com Prejuízos Acumulados		(34.420)	34.420			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC					428	428
Prejuízo do Período			(12.008)			(12.008)
Em 31 de dezembro 2019		126.300	(25.499)	16.760	4.187	121.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01-jan-2019 a 31-dez-2019	01-jan-2018 a 31-dez-2018		Nota	01-jan-2019 a 31-dez-2019	01-jan-2018 a 31-dez-2018
Prejuízo do período		(12.008)	(7.602)	Caixa líquido (usado nas)/ proveniente das atividades operacionais		1.859	(4.708)
Ajustes				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Provisão Contingência Trabalhista		2.688	2.306	Aquisições de ativo imobilizado	8	(1.230)	(2.452)
Pagamento Condenação judicial		-	(4.251)	Aquisições de ativo intangível	9	(2.059)	(461)
Reversão Contingência Trabalhista		(266)	(7.204)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.289)	(2.913)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Depreciação	8	12.658	14.143	Recursos destinados ao aumento de capital	14	429	9.756
Amortização	9	966	1.804	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		429	9.756
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.093)	(6.887)	Redução/aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.001)	2.135
Atualização monetária recursos destinados ao aumento do capital		139	605	Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.142	2.007
Variações nos ativos e passivos				Caixa e equivalentes de caixa no final do período		3.141	4.142
(Aumento)/Redução de clientes		(1.940)	(28)				
(Aumento)/Redução de estoques		725	(497)				
(Aumento)/Redução de tributos a recuperar		(417)	(960)				
(Aumento)/Redução de despesas antecipadas		779	2.435				
(Aumento)/Redução de depósitos judiciais		(440)	(166)				
(Aumento)/Redução de adiantamentos a empregados e fornecedores		(599)	279				
(Redução)/Aumento de fornecedores		266	(389)				
(Redução)/Aumento de obrigações e provisões tributárias		53	(62)				
(Redução)/Aumento de adiantamento do Tesouro Nacional		(857)	1.709				
(Redução)/Aumento de obrigações e provisões trabalhistas		1.205	137				
(Aumento) Pagamento de Condenação Judicial		-	-				
(Redução)/Aumento de outros passivos			(80)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. é uma empresa pública federal domiciliada no Brasil, constituída sob a forma de sociedade por ações, com participação exclusiva da União no capital social, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A Companhia foi constituída pela Lei n.º 11.759, de 31 de julho de 2008, e Decreto n.º 6.638, de 07 de novembro de 2008. A Assembleia Geral de Constituição da CEITEC foi realizada em 15 de abril de 2009, data em que iniciou suas atividades de estudos e testes. Empresa pública dependente, seus recursos são providos pela União mediante dotação orçamentária específica.

Na data de 21 de novembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redação do novo Estatuto Social da empresa, com o intuito de adequá-lo ao disposto na Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016. Além da legislação já citada anteriormente, a CEITEC também é regida pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Com sede em Porto Alegre (RS), a CEITEC ocupa uma área total de 14,7 mil m². Desses, 9,6 mil m² são destinados à Fábrica e 5,1 mil m², ao Prédio Administrativo. A empresa tem como missão desenvolver soluções que contribuam para o progresso e o bem-estar da sociedade brasileira, explorando comercialmente tecnologias de microeletrônica e de áreas correlatas. Sua visão é ser empresa nacional referência no mercado para soluções inovadoras baseadas em microeletrônica. A CEITEC é uma iniciativa estratégica do Brasil para garantir o domínio tecnológico completo da fabricação de circuitos integrados (chips) no País.

A CEITEC atua no segmento de semicondutores desenvolvendo soluções para identificação automática (RFID e smartcards) e para aplicações específicas (ASICs). A empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para diferentes aplicações. Suas principais áreas de atuação são identificação veicular, identificação pessoal, identificação patrimonial e logística, identificação animal, saúde, serviços e projetos sob medida.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 21/01/2020 conforme Ata de Diretoria Executiva nº 02/2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras anuais.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo

do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa, que correspondem aos limites de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo órgão central de programação financeira. Esses recursos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e adiantamento do Tesouro Nacional.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de ativos e passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados.

iii. Capital social

O capital social é formado exclusivamente por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de propriedade da União Federal.

c. Estoque

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são registradas pelo seu custo original de acordo com os prazos de vigência dos respectivos contratos relacionados. As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

1 - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação ou despesa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

2 - Instituiu-se Comissão Interna de Avaliação dos Bens Patrimoniais, através da Portaria



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



nº 72 de 21/11/2019 em atendimento ao § 3º artigo 183 da Lei 6.404/1976, NBC TG 01 (R4) e NBC TSP 07, no âmbito da CEITEC S.A, com objetivo de atualizar e/ou avaliar os bens patrimoniais. Os trabalhos foram concluídos em 31/12/2019, não apresentando alterações significativas em relação ao exercício anterior.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

f. Intangível

1 - Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

2 - Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

A CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras com o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards - IFRS).

CPC 04 (R1) Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudança de estimativas contábeis.

i. Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

ii. Amortização

Amortização é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de softwares. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h. Reconhecimento da receita de subvenções para custeio/investimento

A Companhia é uma empresa pública dependente nos termos da Lei Complementar 101/2000. Sua receita é constituída por recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional para as despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas e por receitas próprias. Os recursos recebidos pela Companhia destinados ao pagamento de aquisições de ativos e outros itens de investimento estão demonstrados no balanço patrimonial à conta de "recursos destinados ao aumento de capital".

Os valores destinados pelo Tesouro Nacional por meio de execução orçamentária são reconhecidos no resultado de acordo com a fase de liquidação das despesas empenhadas.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e a contribuição social apurados para o período, devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se ainda dependente do orçamento da União, a expectativa da CEITEC é que até o ano de 2021 a empresa torne-se independente e lucrativa.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o resultado por ação diluído e básico são idênticos, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

3. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2019, a empresa realizou ajuste de R\$ 1.093 (Um milhão, noventa e três mil reais), sobre a provisão de férias e encargos. Com relação ao impacto nas Demonstrações Contábeis publicadas em 2018, para comparabilidade, apresentamos a seguir:

	Publicado em 31/12/2017	Ajuste Reclassificação	Reapresentado 01/01/2018
BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO CIRCULANTE	31.695		31.695
ATIVO NÃO CIRCULANTE	125.593	-	125.593
TOTAL ATIVO	157.288	-	157.288
Passivo Circulante			
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.007		2.007
Fornecedores	462	-	462
Obrigações e Provisões Tributárias	73	-	73
Obrigações e Provisões Trabalhistas	3.158	1.093	4.251
Outros Passivos	80	-	80
PASSIVO CIRCULANTE	5.780	1.093	6.873
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	48.377	-	48.377
Patrimônio Líquido			
Capital Social	236.328	-	236.328
Prejuízos Acumulados	(161.139)	(1.093)	(162.232)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.938	-	20.938
Recursos destinados ao Aumento de capital	7.004	-	7.004
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.131	(1.093)	102.038
TOTAL PASSIVO	157.288	-	157.288

	Publicado em 31/12/2018	Ajuste Reclassificação	Reapresentado 01/01/2019
BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO CIRCULANTE	32.485		32.485
ATIVO NÃO CIRCULANTE	112.725	-	112.725
TOTAL ATIVO	145.210	-	145.210
Passivo Circulante			
Adiantamento do Tesouro Nacional	3.716		3.716
Fornecedores	74		74
Obrigações e Provisões Tributárias	10		10
Obrigações e Provisões Trabalhistas	3.295	1.093	4.388
PASSIVO CIRCULANTE	7.095	1.093	8.188
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.525	-	6.525
Patrimônio Líquido			
Capital Social	151.891	-	151.891
Prejuízos Acumulados	(48.907)	(1.093)	(50.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.849	-	18.849
Recursos destinados ao Aumento de capital	9.757	-	9.757
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	131.590	(1.093)	130.497
TOTAL PASSIVO	145.210	-	145.210



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação Financeira - BB	2.070	-
Limite de saque - Conta única do Tesouro Nacional	1.071	4.142
	<u>3.141</u>	<u>4.142</u>

O limite de saque – conta única do Tesouro Nacional é mantido no Banco Central do Brasil, é utilizado para registrar a movimentação dos recursos financeiros da Companhia junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio de termo de cooperação técnica firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Até 31/12/2017 os saldos das contas de Limite de Saque (Conta Única do Tesouro Nacional) registradas no Ativo Circulante, e dos Recursos Liberados, conta de Passivo Circulante tinham saldos idênticos, pois registravam todas as movimentações das fontes com contrapartida nas contas de subvenção e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Porém a partir de janeiro de 2018, alguns critérios de contabilização foram modificados para melhor adequação à regra de Aumento de Capital, sendo contabilizados os valores a título de adiantamento para futuro aumento de capital, não conciliando mais os saldos destas contas, conforme demonstrado:

	31/12/2019
Saldo em 31/12/2018	3.716
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	50.098
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(50.956)
Saldo em 31/12/2019 – Recursos Liberados	<u>2.858</u>

5. ESTOQUE

	31/12/2019	31/12/2018
Produto Acabado	643	551
Material Meio Auxiliar de Produção	4.582	4.299
Material de Embalagem	151	175
Matéria-Prima	3.075	3.099
Semi-Acabado	963	2.050
Materiais de Consumo	730	748
Peças de Reposição	5.990	5.937
	<u>16.134</u>	<u>16.859</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Refere-se a créditos relacionados aos tributos incidentes quando da aquisição de insumos para fabricação, ativos imobilizados e intangíveis (ICMS, IPI, PIS e COFINS).

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Importação	1	1
IRRF	118	103
ICMS	3.443	3.972
IPI a compensar	441	383
PIS a compensar	1.598	1.437
COFINS a compensar	7.360	6.618
Retenções Venda Órgão público	9	3
INSS a compensar	180	237
ISSQN a recuperar	21	-
	13.171	12.754
Circulante	1.806	8.201
Não circulante	<u>11.365</u>	<u>4.553</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2019	31/12/2018
Seguro a Apropriar	-	-
Assistência e suporte técnicos contratados	278	832
Locação Programas/Software	995	1.221
Circulante	<u>1.273</u>	<u>2.053</u>
	<u>1.273</u>	<u>2.053</u>

8. IMOBILIZADO

Composição do saldo	Imóvel	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Ferramentas	Adiantamento a fornecedores	Total do Imobilizado
Em 31/12/2017	38.886	4.759	66.471	865	527	12	111.520
Aquisições	-	50	2.325	29	49	-	2.453
Depreciações	(1.640)	(274)	(11.534)	(616)	(79)	-	(14.143)
Transferência	(1.161)	-	1.161	-	-	-	-
Em 31/12/2018	36.085	4.535	58.423	278	497	12	99.830
Aquisições	-	24	1.869	70	6	-	1.969
Transferência Intangível	-	-	(739)	-	-	-	(739)
Depreciações	(1.640)	(1.453)	(10.028)	539	(76)	-	(12.658)
Em 31/12/2019	34.445	3.106	49.525	887	427	12	88.402
Taxas anuais de depreciação - %	4%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	10%	-	-

a. Custo atribuído (Deemed Cost)

A Companhia apurou e registrou no exercício de 2014 o Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada UNISIS Administração Patrimonial Ltda. para preparação de laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

b. Terreno e imóvel utilizados pela Companhia

O governo Federal realizou investimentos na ordem de R\$ 400 milhões na construção das instalações utilizadas pela Companhia. Grande parte destes investimentos foi realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) na construção da unidade sede e parque fabril. Está sendo viabilizada junto ao MCTI e aos órgãos públicos a transferência da propriedade deste imóvel para a Companhia, que atualmente pertence ao referido Ministério, nos termos do Ofício nº 432/SPOA do MCTI datado de 9 de dezembro de 2009. Com referência ao terreno, de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde a fábrica está instalada, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação possui Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito por sessenta anos, renováveis por mais cinco a contar de 3 de agosto de 2004.

c. Máquinas e equipamentos

Parte das máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia foi cedido a título gratuito (doação) pela empresa Motorola do Brasil S.A. para o Estado do Rio Grande do Sul, com o encargo de condicionar o uso pelos laboratórios da Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, efetivou a doação dos referidos equipamentos à União, representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando a referida Associação com a guarda provisória dos bens até o momento em que ocorreu a sub-rogação legal do acervo à Companhia.

9. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis reconhecidos referem-se aos direitos de uso de softwares relacionados à área industrial e ao licenciamento de estudos técnicos e projetos de radiofrequência realizados pela Companhia.

Os projetos industriais desenvolvidos pela Companhia ainda estão em fase de amadurecimento por isso todos os dispêndios relacionados a estes são registrados diretamente no resultado do exercício, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Os projetos desenvolvidos pela Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) se encontram finalizados. Em razão da transferência de obrigações e direitos daquela Associação a esta Companhia, as prestações de contas estão sob responsabilidade desta, estando em estágio final de encerramento e obtenção dos respectivos certificados de quitação.

Os projetos referidos são relativos às seguintes áreas: rastreabilidade bovina; modulador da TV Digital; projeto Altus; e circuito integrado específico para uso nas soluções de automação industrial.

	Direitos de uso softwares	Marcas e patentes	Total do Intangível
Em 31/12/2017	8.312	413	8.725
Aquisições	461	-	461
Amortização	(1.804)	-	(1.804)
Em 31/12/2018	6.969	413	7.382
Aquisições	1.320	-	1.320
Transferência do Imobilizado	739	-	739
Amortização	(966)	-	(966)
Em 31/12/2019	8.062	413	8.475

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedor Nacional	193	71
Fornecedor Exterior	147	3
	340	74
Circulante	340	74

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 22.

11. OBRIGAÇÕES E PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018
INSS a Retenção	27	-
ICMS a Recolher	-	1
ISS retido a Recolher	3	1
Tributos Importação/Retenções	33	8
	<u>63</u>	<u>10</u>
Circulante	63	10

**12. OBRIGAÇÕES E PROVISÕES TRABALHISTAS**

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e Ordenados a Pagar	2	-
Provisão para férias	3.322	3.231
Provisão INSS s/ férias	893	881
Provisão FGTS s/ férias	266	259
FGTS a recolher	17	17
Desconto Taxa Ocupação Imóvel Funcional	1	-
	<u>4.501</u>	<u>4.388</u>
Circulante	<u>4.501</u>	<u>4.388</u>

13. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Realização através da depreciação nos exercícios:

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	18.849	20.938
Saldo Final Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	16.760	18.849
Valor Realizado pela Depreciação	<u>2.089</u>	<u>2.089</u>

14. RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, corresponde aos recursos recebidos da União para investimentos e futuro aumento do Capital Social na Companhia. Capitalizamos o montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais), correspondente a valor principal e atualização Selic até a data da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019, para os valores residuais de recursos recebidos até 31/12/2017.

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	2.692	35.395
Incremento – Subvenção Investimento	-	-
Atualização SELIC	139	605
Atualização SELIC – anos anteriores/mudança critério	-	-
Integralização de Capital – principal AFAC	(2.652)	(23.787)
Integralização de Capital – atualização SELIC – AFAC	(179)	(9.521)
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final) – Conta Passivo Não Circulante	<u>-</u>	<u>2.692</u>

Os recursos recebidos de Subvenção para investimento, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC, a partir de 01/01/2017, passaram a ser contabilizado em conta de Patrimônio Líquido, não incorrendo mais atualização Selic conforme Decreto 2.673/98, artigo 2º, parágrafo único (Incluído pelo Decreto nº 8.945 de 2016). O saldo em 31/12/2019 corresponde ao valor de R\$ 4.187 (quatro milhões, cento e oitenta e sete mil reais), assim demonstrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	9.757	7.004
Incremento – Subvenção Investimento	428	3.290
Atualização Selic	-	-
Integralização de Capital Principal	(5.998)	-
Devolução AFAC	-	(537)
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final) – Conta Patrimônio Líquido	<u>4.187</u>	<u>9.757</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O Capital Social em 31/12/2019 corresponde ao valor de R\$ 126.300 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil reais) divididos em 42.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31/12/2018 o Capital Social era de R\$ 151.891 (Cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e noventa e um mil reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2019, ocorreu a elevação do capital social pela integralização do montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais) e redução do capital social com os valores de prejuízos acumulados até 31/12/2017 no valor de R\$ 34.420 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais), a seguir demonstrados:

Exercício	AFAC Integrado Principal	AFAC Integralizado Atualização SELIC	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2016	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2017	Capital Integralizado
Lei de Criação	-	-	-	-	42.000
2017	114.227	80.101	-	-	236.328
2018	23.787	9.521	(117.745)	-	151.891
2019	5.998	2.831	-	(34.420)	126.300

16. RECEITA LÍQUIDA

Receita Bruta	31/12/2019	31/12/2018
Venda Produtos Mercado Interno	7.862	4.600
Industrialização por Encomenda	421	1.128
Serviços Prestados	766	10
	<u>9.049</u>	<u>5.738</u>
Deduções		
Impostos	(1.245)	(890)
Devoluções e Abatimentos	-	-
Receita Líquida de vendas	<u>7.804</u>	<u>4.848</u>

17. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2019	31/12/2018
Salários	(29.495)	(26.790)
Encargos sociais	(10.252)	(10.211)
Benefícios	(2.275)	(5.461)
	<u>(42.022)</u>	<u>(42.462)</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais de consumo	(5.107)	(5.294)
Serviços de Terceiros	(10.075)	(8.277)
Serviços Profissionais Técnicos	(829)	(826)
Assistência técnica e suporte	(861)	(3.222)
Depreciação e amortização	(13.110)	(15.373)
Manutenções	(1.372)	(923)
Energia elétrica	(4.010)	(3.932)
Locação de Software	-	(34)
Água e esgoto	(719)	(698)
Diárias e passagens	(194)	(167)
Seguros	(243)	(350)
Anúncios e publicações	(71)	(78)
Impostos e taxas	(176)	(190)
Outros	(38)	(61)
	<u>(36.805)</u>	<u>(39.425)</u>

19. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela companhia a seus conselheiros e aos administradores, está demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Honorários da diretoria	(1.802)	(1.638)
Honorários dos conselheiros	(415)	(357)
Encargos sociais	(558)	(528)
	<u>(2.775)</u>	<u>(2.523)</u>

20. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Subvenções p/custeio	66.811	69.800
Outras Receitas Operacionais	2	10
	<u>66.813</u>	<u>69.810</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Atualização do capital autorizado	(138)	(604)
Variação cambial passiva	(32)	(140)
Multas e juros de mora	(6)	(2)
IOF	(9)	(8)
Outras despesas financeiras	(33)	(39)
Total da Despesa	(218)	(793)
Variação cambial ativa (*)	41	51
Descontos obtidos/Multas/Juros recebidas	11	14
Rendimentos de Aplicação Financeira	86	-
Total da Receita	138	65
	<u>(80)</u>	<u>(728)</u>

A atualização do capital autorizado refere-se à atualização pela taxa SELIC dos recursos recebidos da União até 31/12/2016, para fins de aumento do capital da Companhia, conforme definido pelo artigo 51 do Decreto nº 6.638.

(*) As variações cambiais refletem os impactos das variações de preços na moeda Dólar Norte Americano

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito
- b. Risco de liquidez
- c. Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco**Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



to está relacionado principalmente aos valores recebíveis do Tesouro Nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	3.141	4.142

Os montantes acima são todos decorrentes de contrapartes no mercado interno e não há saldos em atraso.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e busca aumentar o seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui limite de saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Além disso, a Companhia recebe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação montantes para o pagamento das contas a pagar, com a natureza de doação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual			Mais de 3 anos
		12 meses	2 anos	3 anos	
31 de dezembro de 2017					
Passivos financeiros não derivativos					
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.007	2.007	2.007	-	-
Fornecedores	462	462	462	-	-
Total	2.469	2.469	2.469	-	-
31 de dezembro de 2018					
Passivos financeiros não derivativos					
Adiantamentos do Tesouro Nacional	3.716	3.716	3.716	-	-
Fornecedores	74	74	74	-	-
Total	3.790	3.790	3.790	-	-
31 de dezembro de 2019					
Passivos financeiros não derivativos					
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.858	2.858	2.858	-	-
Fornecedores	340	340	340	-	-
Total	3.198	3.198	3.198	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aumentar o retorno.

Risco da taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia principalmente para a aquisição de produtos e serviços.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de risco de taxa de câmbio.

Com relação a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia procura manter sua exposição líquida a um nível aceitável.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) em 31 de dezembro de 2019 corresponde ao valor de R\$ 1.626 (Hum milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais) equivalente a \$ 403 (Quatrocentos e três mil dólares), em 31/12/ 2018 o montante era de R\$ 1.772 (Hum milhão, setecentos e setenta e dois mil reais), correspondente a \$ 457 (quatrocentos e cinquenta e sete mil dólares) valores empenhados em moeda estrangeira. Em uma simulação de estresse cambial, ou seja, adotando-se uma variação da cotação da moeda americana de três desvios padrão em relação à média histórica dos últimos 12 meses o impacto cambial em 31/12/2019 é de R\$ 10 (dez mil reais) e em 31/12/2018 foi de R\$ 11 (onze mil reais).

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis

apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	3.141	3.141	4.142	4.142
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.858	2.858	3.716	3.716
Fornecedores	340	340	74	74

A Companhia considera que, devido aos prazos e à natureza dos saldos relativos aos instrumentos financeiros acima demonstrados, o valor contábil reflete substancialmente o valor justo em cada data-base.

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela União Federal e os valores em aberto com sua controladora decorrem dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal.

As operações com partes relacionadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Com a União Federal		
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalente a caixa	3.141	4.142
Passivo circulante e não circulante		
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.858	3.716
	31/12/2019	31/12/2018
Receita - Subvenções para custeio	66.810	69.800
Honorários dos administradores	(2.775)	(2.523)

24. CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na opinião da Superintendência Jurídica, constituiu provisão contábil de R\$ 6.255 (seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) os quais estão avaliados com chance de perda provável. Por sua vez, o montante de R\$ 4.011 (quatro milhões, onze mil reais) refere-se aos valores classificados com probabilidade de sucumbência possível. O quadro abaixo demonstra o montante por natureza:

NATUREZA	CLASSIFICAÇÃO	31.12/2019	31.12/2018	DESCRIÇÃO
Trabalhista/Cíveis	Provável	6.255	3.833	Reclamações trabalhistas e Ações Cíveis
Trabalhista/Cíveis	Possível	4.011	2687	Reclamações trabalhistas e Ações Cíveis
Trabalhista/Cíveis	Remota	232	52	Reclamações trabalhistas e Ações Cíveis

Inicialmente, deve ser destacado que utilizou -se, para a apuração de riscos ora apresentada, como já vinha sendo feito em exercícios anteriores, a metodologia NBC TG 25 que determina a divisão dos riscos de acordo com a sua probabilidade de redundar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, esta CONJUR reconheceu como valores a provisionar aqueles em relação aos quais será provável a necessidade de "saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação". No que concerne a tais valores, foi feita uma estimativa de resultados, que ainda conforme a própria norma acima citada corresponde ao "valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço" (no caso, na data do fechamento do balancete do 4º trimestre, ou seja, 31 de dezembro de 2019).

Importante destacar que, para a apuração detalhada requerida pela equipe de Auditoria Externa, esta CONJUR utilizou-se das informações processuais disponíveis no momento. Algumas ações judiciais encontram-se em fase recursal, porém, segundo a avaliação desta equipe jurídica (alicerçada no exame da jurisprudência e de casos similares), o risco de dispêndio financeiro é elevado, razão pela qual são reconhecidas como provisões.

Os valores considerados, portanto, decorrem de avaliação feita sobre a condenação provisória (determinada em sentença ou acórdão), ou, ainda, do montante homologado em sede de liquidação ou cobrado em execução de sentença.

A Companhia considerou como valores que compõem o passivo contingente aqueles decorrentes de "obrigações" em relação às quais não se tem certeza se haverá risco de dispêndio financeiro futuro (conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, item 13, (b), (i)). Tratam-se de ações judiciais em fase processual inicial, em relação às quais não se pode fazer nenhuma "estimativa confiável" (termo adotado conforme descrito no item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 25), o valor da condenação em caso de eventual sucumbência. Para apurar os valores do eventual débito judicial, adotou-se como critério a utilização do valor da causa apresentado na Petição Inicial, por ser esta a "evidência disponível" para o alcance do valor aproximado.

Em relação aos riscos considerados remotos, foram computadas as ações cujas chances de saída de recursos financeiros sejam improváveis ou inexistentes. São ações em fase final, cujo risco de reversão é ínfimo ou que estejam apenas aguardando o despacho de arquivamento definitivo.



Por derradeiro, necessário destacar que o montante final do passivo judicial estimado para as três "categorias" de risco (provisões, passivo contingente e remotos) sofreu alteração, haja vista a alteração dos critérios de detalhamento ora exigidos pela Auditoria Externa.

25. SEGUROS

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Contrato com Zurich Minas Brasil Seguros S.A. com vigência de 18/12/2019 a 18/12/2020, conforme a apólice de seguros:

Cobertura	Importâncias Seguradas
Danos materiais	185.234
Responsabilidade Civil	2.800

26. CONCILIAÇÃO DOS SALDOS PELA CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E PELO SIAFI

Em atendimento à Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, S.1, p.86 apresentamos a conciliação dos saldos levantados pelo sistema contábil societário e o sistema SIAFI, em 31 de dezembro de 2019.

A escrituração contábil segundo a Lei 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente ao orçamento do exercício findo.

Abaixo demonstramos os valores do exercício de 2019 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo as origens das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizado pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, que tem por base o SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilização maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

	Saldo Societário	Saldo SIAFI	Diferença	Obs.
Banco conta movimento	-	25	(25)	a
Aplicação financeira	2.070	2.255	(185)	b
Recursos Liberados pelo tesouro	1.071	3.173	(2.102)	b
Clientes	3.122	-	3.122	b
Estoques	16.134	14.891	1.243	b
Adiantamento a empregados e fornecedores	647	5.090	(4.443)	b
Despesas antecipadas	1.273	-	1.273	b
Depósitos Judiciais	1.400	1.786	(386)	b
Créditos tributários	13.171	7.622	5.549	c
Imobilizado	88.402	103.615	(15.213)	b/d
Intangível	8.475	925	7.550	b/d
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.483	3.475	1.008	b
Fornecedores e contas a pagar	340	-	340	b
Obrigações e provisões tributárias	80	273	(193)	b
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.858	-	2.848	e
Contingência trabalhista	4.935	3.751	1.184	b
Ajuste de avaliação patrimonial	16.760	20.006	(3.246)	b
Resultados acumulados	(13.491)	(11.723)	(1.768)	f

- a) Diferença de critério entre o balanço Societário e o SIAFI apurado na conta depósitos e cauções para atendimento da Lei das Sociedades Anônimas;
 b) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;
 c) Diferença decorrente da transferência entre o circulante e o não circulante para atender à Lei das Sociedades Anônimas;
 d) Contabilizado Ajuste de Avaliação patrimonial conforme Notas Explicativas nº 08 e 09 e conforme laudo de avaliação;
 e) Valor contabilizado em adiantamento do tesouro nacional em atendimento à contabilidade societária;
 f) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

27. REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Atendendo à Resolução CGPAR nº 03 de 31 de dezembro de 2010 informamos a média salarial e a remuneração, vantagens e benefícios dos empregados e administradores. Vide quadro abaixo:

Em 2018	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	27	3
Administradores	29	3
Salário médio dos empregados	9	-
Salário médio dos administradores	10	-

Em 2019	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	28	3
Administradores	29	3
Salário médio dos empregados	9	-
Salário médio dos administradores	11	-

28. CONTINUIDADE OPERACIONAL – PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com o pressuposto da continuidade operacional. A CEITEC foi incluída no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) no Decreto nº 10.065 de 14 de outubro de 2019, que diz:

“Art 1º) Fica o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, para possibilitar a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada e propor ganhos de eficiência e resultados para a empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.”

A CEITEC vem reduzindo seus prejuízos ao longo dos últimos exercícios, aumentando suas receitas e reduzindo suas despesas. Hoje, os prejuízos acumulados (que também foram reduzidos de forma significativa nos últimos anos) montam o valor de R\$ 25.499 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil reais). Desta forma, entendemos que não há risco de descontinuidade da empresa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronald Krummenauer (Presidente)
 Paulo de Tarso Mendes Luna (Conselheiro)
 José Luiz Guimarães Ferreira Neto (Conselheiro)
 Milton Torres Filho (Conselheiro)
 Vicente Giurizatto da Silva Silveira (Conselheiro)
 Cleber Cristiano Prodanov (Conselheiro)
 Regiane Relva Romano (Conselheiro)

CONSELHO FISCAL

Abdsandryk Cunha de Souza (Presidente)
 Aline Alves Sales Andrade (Conselheira)
 Tarcila Peres Santos (Conselheiro)

DIRETORIA

Paulo de Tarso Mendes Luna (Presidente)
 Marcos Tadeu de Lorenzi (Diretor)
 Luiz Fernando Salvadori Zachia (Diretor)

RESPONSÁVEL TÉCNICA

Marina Ledesma Trindade (Contadora - CRC/RS 071335/0-1)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administradores e Acionistas do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A - CEITEC Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A - CEITEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A - CEITEC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Custo do Produtos Vendidos – CPV – subavaliado

No relatório do CGU sobre as contas de 2018, emitido em 03/07/2019, foram identificadas falhas na apuração e contabilização do CPV, acarretando distorções na DRE, estando o CPV subavaliado e não condizente com as transações efetuadas. Mesmo sob a alegação de estar sendo implementada nova metodologia a partir deste período, não vislumbramos reflexos, tais como, um estudo técnico que visa identificar e analisar os riscos presentes no ambiente do CEITEC, e aperfeiçoamento dos controles internos e processos operacionais.

Patentes

O CEITEC tem como função precípua o desenvolvimento de soluções científicas e tecnológicas. Os procedimentos até aqui adotados para registro e administração de patentes e software não demonstram a eficiência e eficácia nos controles de tais processos. A vulnerabilidade aqui exposta, permite que a tecnologia desenvolvida pelo CEITEC, possa ser repassada a terceiros e sem qualquer negociação e/ou ressarcimento.

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa 28, as demonstrações contábeis foram elaboradas com o pressuposto da continuidade. Porém, a empresa continua dependente dos recursos da União, não há plano de negócios com a perspectiva de autossustentabilidade, e está incluída no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) no Decreto nº 10.065 de 14 de outubro de 2019, lança ceticismo no pressuposto da continuidade.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A - CEITEC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram por nós examinadas, com emissão de relatório em 20 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 28 de fevereiro de 2020.

L. G. SANTOS – AUDITORES & ASSOCIADOS S/S.
CRC/RS 4.420/O-0.
CRC/RS nº 039.777/O-5.

Luiz Gustavo Oliveira dos Santos.
Contador

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 01/2020 – 23/03/2020

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2019

O Conselho de Administração do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 36 do Estatuto Social, em reunião extraordinária ocorrida nesta data, resolve:

- aprovar o Relatório Anual da Administração e respectivas explicações da Diretoria Executiva, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao encerramento do exercício de 2019, em observância ao disposto no inciso I, do Artigo 132 da Lei 6.404/76;

- determinar à Diretoria Executiva que adote providências no sentido de comprovar à Auditoria Externa as ações e providências tomadas pela CEITEC, em observância às ressalvas apontadas, excetuada a que se refere à continuidade operacional da Companhia;

- determinar à Diretoria Executiva que dê curso à contratação de consultoria externa especializada, para avaliar as metodologias e procedimentos adotados pela empresa, suas efetividades e oportunidades de melhorias referentes ao custo de produtos vendidos e à administração e registro de patentes e softwares, a fim de emprestar consistência técnica e certificação aos procedimentos vigentes e futuros, se for o caso;

- Por último, determina que as medidas já adotadas relativas às ressalvas, assim como as ações em andamento, deverão ser informadas à auditoria externa, de forma a permitir sua averiguação quando da análise das contas da CEITEC relativas ao primeiro trimestre do ano de 2020.

RONALD KRUMMENAUER

Presidente do Conselho de Administração da CEITEC S.A.

PARECER 01/2020

O Conselho Fiscal do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, à vista dos Relatórios dos Auditores Independentes – L.G. Santos – Auditores & Acionistas S/S, de 28 de fevereiro de 2020, com ressalvas quanto a apuração dos custos dos produtos vendidos, ao procedimento de registro e controle de patentes e ao pressuposto de continuidade da empresa, e elaborados de acordo com as normas de Auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CEITEC S.A.

Porto Alegre, 23 de março de 2020.

Abdsandryk Cunha de Souza
Presidente

Tarcila Peres Santos
Conselheira

Aline Alves Sales Andrade
Conselheira